



FACULDADE METROPOLITANA
NORTE RIOGRANDENSE

FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KATILENY DE SOUZA ALVES

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE CORRESPONSABILIDADE NO
PROCESSO FORMATIVO DAS CRIANÇAS

NATAL/RN
2025

KATILENY DE SOUZA ALVES

**FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE CORRESPONSABILIDADE NO
PROCESSO FORMATIVO DAS CRIANÇAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Liliane Silva Câmara de Oliveira

Coorientadora: Profa. Dra. Andrezza Maria Batista Tavares do Nascimento

NATAL/RN
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

A474f Alves, Katileny de Souza.

Família e escola: uma relação de corresponsabilidade no processo educativo das crianças / Katileny de Souza Alves. – Natal, 2025.
57 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2025.

Orientadora: Profa. Ms. Liliane Silva Câmara de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares.

1. Educação – Monografia. I. Oliveira, Liliane Silva Câmara de.
II. Tavares, Andrezza Maria Batista do Nascimento.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

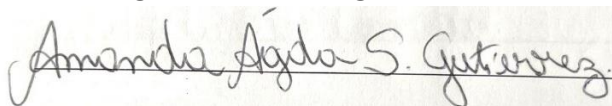
KATILENY DE SOUZA ALVES

**FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE CORRESPONSABILIDADE NO
PROCESSO EDUCATIVO DAS CRIANÇAS**

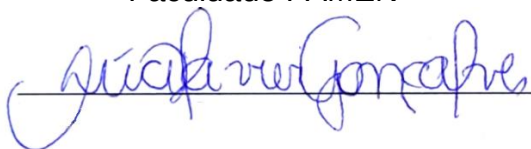
Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte
Riograndense (FAMEN) como pré-requisito
para a obtenção do título de graduado(a) em
Pedagogia.

Monografia apresentadae aprovada em 04/07/2025, pela seguinte
Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Professora Drda. Amanda Ágda da Silva Gutierrez
Faculdade FAMEN



Professora Drda. Lúcia Xavier Gonçalves
Faculdade FAMEN



Coorientadora Profa. Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN



Orientadora Profa. Drda. Liliâne Silva C. de Oliveira
Faculdade FAMEN

NATAL/RN

2025

EPÍGRAFE

“É na família que a educação se inicia. A escola apenas tem o papel de consolidá-la.”
Prof. Eljarbas Rocha

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de fazer esse curso, por ter me concedido força, sabedoria e perseverança ao longo desta caminhada acadêmica. Agradeço ao meu esposo por todo incentivo, ao meu filho que mesmo pequeno me trouxe motivação para finalizar o curso, ao meu irmão que custeou todo curso, por acreditar em meu potencial. Em especial, agradeço à professora Liliane Câmara, pelas orientações valiosas, dedicação e incentivo durante a elaboração desta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a Deus, que me fortaleceu todos os dias para que eu não desistisse, mesmo diante das dificuldades. À minha família, que é o bem mais precioso que possuo, e cuja presença e apoio foram fundamentais durante toda esta trajetória. Dedico, ainda, a todas as pessoas que contribuíram para a conclusão deste curso, oferecendo incentivo, apoio e palavras de encorajamento nos momentos em que mais precisei.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade destacar que a parceria entre família e escola pode contribuir para uma melhoria na construção da aprendizagem do aluno. Assim também como pretende reconhecer o papel que a família pode exercer dentro da instituição escolar e relatar a importância dessa parceria, verificando as estratégias que a escola poderá usar para fortalecê-la. Fundamentado em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, de cunho qualitativo, com base em autores como Libâneo, Paro e Freire, que defendem a participação ativa da família na construção do conhecimento e no fortalecimento do vínculo entre o ambiente doméstico e o espaço escolar. A metodologia consiste na análise crítica de textos, legislações e pesquisas acadêmicas que tratam da articulação entre o ambiente familiar e a escola, compreendendo a educação como um processo compartilhado. Os resultados deixam evidente que a atuação conjunta entre família e escola contribui para o fortalecimento dos e uma aprendizagem mais significativa. Por fim, conclui-se que seja necessário que ambas instituições assumam de forma consciente e ativa seus papéis no processo educativo, e o trabalho conjunto é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento do educando. Reforça-se, ainda, a importância de políticas públicas e práticas escolares que incentivem essa aproximação, respeitando a diversidade cultural e social das famílias envolvidas.

Palavras-chave: *Educação; Família; Escola; Parceria; Corresponsabilidade.*

ABSTRACT

This study aims to highlight that the partnership between family and school can contribute to improving the construction of student learning. It also aims to recognize the role that the family can play within the school institution and report the importance of this partnership, verifying the strategies that the school can use to strengthen it. Based on qualitative bibliographical research, of a qualitative nature, based on authors such as Libâneo, Paro and Freire, defend the active participation of the family in the construction of knowledge and in strengthening the bond between the home environment and the school space. The methodology consists of the critical analysis of texts, legislation and academic research that deal with the articulation between the family environment and the school, understanding education as a shared process. The results make it clear that the joint action between family and school contributes to the strengthening of affective bonds and more meaningful learning. It is concluded that it is necessary for both institutions to consciously and actively assume their roles in the educational process, and joint work is essential to ensure the full development of the student. The importance of public policies and school practices that encourage this approach is also reinforced, respecting the cultural and social diversity of the families involved.

Keywords: *Education;* *Family;* *School;* *Partnership;* *Co-Responsibility.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
PNA – Política Nacional de Alfabetização
PNE – Plano Nacional de Educação
PMSE – Plano de mobilização social
PPP – Projeto Político-Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARCERIA FAMÍLIA - ESCOLA.....	14
2.1 História da relação família-escola no Brasil	16
2.2 A atuação da mulher na evolução da família moderna.....	20
3 CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS FILHOS.....	23
3.1 Família-escola: funções diferentes e complementares	26
3.2 Socialização primária e secundária	27
4 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	30
4.1 A transferência de responsabilidade da família para a escola.....	32
4.2 A corresponsabilidade entre família-escola na formação do aluno	37
4.3 Ação do conselho tutelar na escola como garantia dos direitos.....	40
5.1 Família-Escola como Agentes de Socialização	49
6 METODOLOGIA	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A família é o primeiro ambiente de convivência da criança, onde se aprende valores para se tornar um adulto de bom caráter, a escola complementa a educação recebida pela família. A presente pesquisa tem como finalidade analisar a importância da parceria entre família-escola, e sua contribuição para o desenvolvimento de crianças. Esta temática surgiu através das observações no estágio remunerado, pela necessidade dessa relação, que deve estabelecer vínculos e meios de cooperação, para que assim o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças ocorra de maneira efetiva.

A parceria efetiva dos pais no processo educativo pode ser fundamental para o acompanhamento do desempenho escolar e a identificação precoce das dificuldades enfrentadas pelos filhos, pois tanto um quanto o outro têm um papel importante a exercer nesse processo, e assim tornar a educação coletiva, ressaltando ainda que, a presença familiar no espaço escolar é fundamental para o bom desenvolvimento dos discentes.

A família-escola são as instituições mais importantes da sociedade, por isso ambos devem ter objetivos comuns, ou seja, ampliar o processo de desenvolvimento da criança, vivenciando experiência educativa na escola e no convívio familiar.

O envolvimento da família na vida escolar da criança contribui significativamente para a construção de um ambiente de aprendizagem saudável e estimulante, os alunos tendem a apresentar melhor desempenho escolar, maior motivação, segurança, além de desenvolverem atitudes mais positivas em relação e família, demonstrando interesse e comprometimento com o processo educativo. Assim, a pesquisa propõe-se levantar respostas para questões como: Quais os benefícios da participação da família na escola? Como a família pode contribuir para o bom desempenho dos alunos? Quais as ações que a escola pode fazer para fortalecer esse vínculo?

O interesse pelo aprofundamento desta temática surge a partir de vivências e reflexões ao longo da trajetória acadêmica e profissional, despertando uma inquietação em compreender mais profundamente os benefícios da participação da família no processo educacional dos filhos.

O fortalecimento da relação família-escola configura-se como um elemento central no processo educacional, contribui não apenas para o sucesso escolar, mas

também para o desenvolvimento integral do indivíduo, a efetividade do processo educativo está diretamente relacionada à qualidade dessa parceria, que deve ser pautada no diálogo aberto, no respeito mútuo e na corresponsabilidade entre os educadores formais e os responsáveis pela educação em casa.

A família, como núcleo primário de socialização, é responsável por transmitir valores culturais, éticos e afetivos, estabelecendo as bases para o desenvolvimento emocional e moral dos filhos, a escola a função de ampliar o conhecimento, promovendo o aprendizado formal, a construção do saber e o desenvolvimento das habilidades cognitivas, além de proporcionar o convívio social e a formação cidadã.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar que a parceria entre família-escola pode contribuir para uma melhoria na construção da aprendizagem do aluno. Assim também como pretende reconhecer o papel que a família pode exercer dentro da instituição escolar e relatar a importância dessa parceria, verificando as estratégias que a escola poderá usar para fortalecê-la.

É importante compreender se a relação família-escola tem o poder de influenciar no desempenho educacional do aluno. Para tanto a pesquisa se apresenta como fonte de imersão no tema a partir da metodologia bibliográfica de cunho qualitativo tendo como embasamento teórico alguns autores como: Oliveira (2010), Crepaldi (2017), Lima (2019), Tiba (1996), Becker (1984), Saracho (1998).

A pesquisa além da presente introdução, apresenta o referencial teórico que está dividida em quatro tópicos, sendo a História da relação Família – Escola no Brasil, Contribuição dos pais para o desenvolvimento do filho, Família e escola: papéis diferentes e complementares, trazendo os pais para a escola: a importância dessa parceria. No quinto capítulo apresenta-se a metodologia, os métodos utilizados; no sexto apresentam-se as considerações finais que relata os pontos principais da pesquisa, sugestões e expectativas, e por último as referências que contribuíram para a escrita da pesquisa.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARCERIA FAMÍLIA - ESCOLA

No final do século XIX na sociedade tradicional, a família era a principal responsável pela formação moral, religiosa e cultural dos filhos, a escola tinha um papel restrito à instrução formal, havia uma separação funcional entre o lar e os espaços escolares.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, a escola passou a desempenhar um papel cada vez mais central na formação das novas gerações. A partir do século XX, com o surgimento dos sistemas públicos de ensino e obrigatoriedade escolar, a educação formal se tornou um direito universal, a relação era marcada por um modelo vertical, no qual os educadores tinham o conhecimento técnico e pedagógico, e os pais eram convocados apenas em casos de problemas disciplinares ou rendimento escolar insatisfatório, nos modelos educacionais mais tradicionais, a escola assumiu uma postura autoritária e centralizadora, afastando as famílias do processo educativo, e se tinha a ideia de que a escola era a única detentora do saber legítimo, enquanto a família deveria apenas apoiar e obedecer às normas estabelecidas.

Essa visão passou a ser criticada a partir das décadas de 1970 e 1980, com o fortalecimento das discussões em torno da democratização da educação, do papel social da escola e da participação cidadã, impulsionadas pelo contexto político de redemocratização no Brasil e pelo avanço das teorias críticas da educação, a partir dessa mudança de visão a escola passou a ser percebida como um instrumento de transformação social, e a parceria entre família-escola também foi reinterpretada sob a ótica da participação cidadã e da construção coletiva do projeto educativo.

Segundo Paro (2001, p. 74)

“A concepção tradicional de escola como instituição autônoma e distante da comunidade vem sendo desconstruída. Hoje, a escola é chamada a assumir seu papel social em sentido mais amplo, o que implica reconhecer os pais e a comunidade como sujeitos políticos com direito de participação nas decisões escolares. Trata-se de uma mudança de paradigma, que envolve a democratização das relações escolares e a corresponsabilização pela educação”.

A partir desse novo paradigma, a parceria entre família--escola passou a ser compreendida como essencial para o sucesso do processo educativo, Apesar dos avanços ainda há desafios para efetivar essa parceria na prática. Historicamente, a

escola foi concebida como uma instituição relativamente isolada da comunidade, com funcionamento baseado em um modelo hierárquico e tecnocrático, mas essa concepção tradicional está sendo gradualmente substituída por uma visão mais democrática e participativa da educação.

De Paro (2018, p. 93) considera que,

“Não é possível pensar numa escola democrática sem a efetiva participação das famílias no cotidiano escolar. A educação escolar só se realiza plenamente quando dialoga com as experiências de vida dos educandos e de suas comunidades”.

A evolução histórica da parceria família-escola revela um caminho de transição, no passado a instituição familiar tinha a responsabilidade na educação dos filhos aprendizagem era baseada em experiências familiares e culturais, repassadas de geração em geração, e a escola era vista como uma instituição isolada, mas com o passar dos tempos a mesma passou assumir papel importante, ser vista como parceira importante no processo educativo, especialmente no que diz respeito ao ensino de conteúdos acadêmicos e à preparação para o mercado de trabalho.

Para que essa parceria se fortaleça, é fundamental investir em ações que valorizem a escuta ativa das famílias, respeitem suas realidades e promovam uma educação verdadeiramente democrática e emancipadora, é preciso romper com a lógica vertical que historicamente separou essas duas instituições, para uma relação de cooperação e corresponsabilidade, baseada no diálogo, na inclusão e na valorização das experiências das famílias e da comunidade.

Essa evolução mostra que a relação entre família-escola deixou de ser uma divisão rígida de tarefas para se tornar uma corresponsabilidade compartilhada, cada uma são essenciais e precisam atuar em sintonia para garantir uma educação de qualidade e com sentido social, é fundamental para o sucesso escolar e para o desenvolvimento integral do sujeito, e que devem trabalhar de forma articulada, trocando informações, respeitando saberes e se comprometendo conjuntamente com os processos educativos.

2.1 História da relação família-escola no Brasil

A preocupação com a relação entre família-escola no Brasil não é recente. Desde o início do século XX, já se percebia a relevância do tema. A partir da década de 1920, o Movimento Escola novista ganhou força no Brasil e propôs a implantação de um modelo educativo fundamentado em conhecimentos científicos que considerasse as particularidades da infância e as individualidades dos estudantes.

Ao mesmo tempo, o Movimento Higienista se consolidava, estendendo sua ação ao espaço escolar com o objetivo de difundir e instruir estudantes e famílias sobre hábitos de higiene e costumes que deveriam ser adotados como práticas preventivas para diversas doenças (Campos, 2011, p. 8; Silveira, 2011, p. 8).

Ambos os movimentos precisavam do engajamento das famílias para se difundirem em larga escala e atingirem seus objetivos. Assim, em meio às discussões sobre novas concepções de educação, foi criada no Rio de Janeiro, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE) (Brasil, 1924), com o propósito de reunir intelectuais interessados em debater a reforma do ensino no Brasil. Essa associação propôs uma seção de Cooperação da Família, cuja intenção era propagar as novas ideias que surgiam para as famílias dos escolares em atividades como cursos, palestras, exposições e eventos, aproximando-as do ambiente escolar e esclarecendo-as quanto aos novos métodos de ensino e sobre as melhores maneiras de educarem e cuidarem de seus filhos.

Também surgiu, a partir dessa iniciativa, o Círculo de Pais e Professores em Escolas Públicas e Privadas, que visava aproximar famílias e educadores em prol de uma atuação conjunta no processo educativo (Campos, 2011). Em 1932, o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi mais uma forma de difundir publicamente as ideias defendidas pelos renovadores da educação. Dentre tantas considerações, esse documento abordou a importância da escola se aproximar das famílias de seus alunos e dos pais também adotarem iniciativas em prol da educação de seus filhos.

A colaboração efetiva entre pais e professores foi igualmente destacada, mencionando a necessidade de restabelecer a confiança e estreitar as relações entre esses importantes agentes educativos (Campos, 2011). Em tempos mais atuais, sobretudo após o estabelecimento da Nova República e da promulgação da

Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), constata-se que a necessidade da presença da família no contexto escolar segue sendo publicamente endossada e reconhecida em diferentes documentos e movimentos nacionais que a estimulam, inclusive na participação da gestão democrática das escolas.

Artigos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019), dão ênfase à importância da relação família-escola, além de destacarem as responsabilidades legais das famílias. “Esses documentos destacam também as responsabilidades das instituições escolares no oferecimento de vagas, controle de frequência e disponibilização de informações sobre a vida acadêmica dos filhos às famílias” (Garcia; Souza, 2017; Resende; Silva, 2016).

Em 2001, no intuito de chamar a atenção e mobilizar a sociedade em prol desta parceria, o Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2023), instituiu o dia 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola, tendo como lema "Um dia para você dividir responsabilidades e somar esforços", endossando o interesse do Estado em garantir a efetivação dessa parceria. Já em 2008, o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE) (Brasil, 2023), ressaltou a importância da mobilização das famílias e da comunidade em prol da melhoria da qualidade da educação brasileira, tendo como base a ideia da educação como um direito e um dever das famílias.

Ao encontro do que está documentado em diversos estudos internacionais, a LDB ressalta ser tarefa da escola e dos professores promover a interação com as famílias, desenvolvendo estratégias específicas para tal.

Entretanto, percebe-se que a falta de diretrizes específicas para a implementação de programas de parceria acaba tornando as regulamentações genéricas, deixando para cada instituição de ensino definir e adotar as estratégias de articulação entre escola e família que mais lhe pareçam adequadas (Resende; Silva, 2016, p.9).

Estudo realizado por Resende e Silva (2016) sobre a relação família-escola na legislação educacional brasileira concluiu que: o fomento à relação família-escola não é uma opção, em termos legais, mas uma obrigatoriedade. Porém, não se encontra uma regulamentação consistente no que tange ao detalhamento das formas de articulação entre essas duas instâncias; o número de referências à articulação família-escola é mais volumoso nos documentos que tratam da

Educação Infantil e vai ficando mais escasso naqueles que tratam de etapas posteriores da educação básica; embora a legislação brasileira estimule a aproximação e relação das famílias com a escola e institua a gestão democrática como princípio do ensino público, os critérios e procedimentos para alcançar essa realidade ficam a cargo de cada rede de ensino.

Percebe-se, portanto, que nos últimos 100 anos diversos documentos e movimentos nacionais reiteradamente demonstraram a importância de garantir a relação e o envolvimento da família com a escola, embora não se tenham notícias da existência de planos de intervenção sistematizados em âmbito nacional, de forma a auxiliar os agentes educativos quanto às possíveis e diferentes formas de viabilizar essa parceria. Entre todas as diretrizes documentadas em âmbito federal, a efetiva participação das famílias na realidade escolar segue sendo um desafio.

A partir do exposto, constatamos a complexidade da tarefa que os profissionais da educação têm em mãos. Por um lado, cabe a eles traduzir todas as leis e regulamentações exigidas pelas instâncias governamentais e também escolares, a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição em projetos e ações que efetivamente insiram a família na vida escolar; por outro, precisam identificar e contemplar as expectativas e objetivos que os estudantes e suas famílias associam ao processo de escolarização. Quanto mais alinhadas estiverem a família-escola, mais integrado e congruente será o processo educacional para todos os atores envolvidos, principalmente para os estudantes (Pusher, 2010).

A família contemporânea vem sofrendo modificações ao longo dos anos, transformações sociais, econômicas e culturais. A família não se limita ao modelo tradicional, onde era composto por pai, mãe e filhos, sendo o homem o provedor, e à mulher era delegada a responsabilidade de cuidar do lar.

Segundo Lima (2019, p.11):

Pode-se considerar família todos aqueles ligados por um vínculo afetivo, e que convive em um mesmo ambiente, tendo ou não vínculo biológico, de maneira que a definição de família deixa de ser aquele vigente e passa a ter uma concepção humana ampla.

Sendo assim, pode-se considerar que as mudanças ocorridas pela instituição familiar não a fizeram perder o seu valor, a mesma continua sendo o núcleo básica e essencial da sociedade, o primeiro grupo social, é o lugar onde vivencia a cidadania,

a família continua com a mesma essência, uma referência, proteção, uma grande fonte de formação de valores culturais, morais e espirituais. Conforme Dias (2015) A essência da família não está em seu formato, mas sim na qualidade dos vínculos estabelecidos entre seus membros.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a família como base da sociedade e determina que ela recebe especial proteção do Estado (BRASIL, 1988). Ou seja, a família é a instituição primordial para o desenvolvimento social, emocional e moral dos indivíduos, especialmente das crianças. Para Libâneo (2003), é no convívio familiar que a criança aprende, normas, valores e princípios que irão nortear sua conduta na sociedade.

A proteção estatal prevista no artigo 226 da Constituição estabelece a responsabilidade do Estado em promover condições para que essa instituição cumpra sua função educativa e social, reforçando que a família não é apenas um espaço de convivência, mas também um pilar essencial para o desenvolvimento humano e social.

As mudanças ocorridas na estrutura familiar refletem a evolução social, cultural, jurídica e econômica da sociedade contemporânea, que passou a valorizar outras formas de organização familiar. Segundo Dias (2015), o conceito de família deixou de estar atrelado exclusivamente ao vínculo biológico ou ao modelo tradicional, a mesma pode ser qualquer agrupamento baseado em afeto, solidariedade e convivência contínua, independentemente da configuração ou da presença de laços de sangue.

É um compromisso ético e social reconhecer e acolher as novas configurações familiares, que deve ser reconhecida e respeitada pelas instituições escolares. Como destaca Libâneo (2003), a escola precisa promover uma prática pedagógica que respeite e valorize a diversidade dos contextos familiares, estar atenta às transformações sociais e adaptar-se a elas, deve assumir uma postura ativa, crítica e acolhedora frente às novas realidades sociais, pois as transformações culturais, econômicas e familiares que impactam diretamente o perfil de seus estudantes.

Sendo necessário então, que a instituição de ensino se reconstrua constantemente, para enfrentar os desafios e mudanças sociais e familiares contemporâneas, assumindo uma perspectiva inclusiva, participativa de corresponsável com a comunidade em que está inserida.

2.2 A atuação da mulher na evolução da família moderna

A presença ativa da mulher ao longo da história tem sido um fator determinante para as mudanças na configuração familiar. Até o final do século XIX, predominava um modelo de organização baseado em papéis bem definidos: ao homem cabia o espaço público, atuando como provedor e chefe da família, enquanto a mulher era responsável pelos cuidados do lar, da criação dos filhos e pela manutenção da rotina doméstica. A maternidade era uma das únicas funções valorizada pela sociedade, a qual a mulher exercia, permitindo-a ser reconhecida, promoveu-lhe o sentimento de pertencimento e uma posição de aparente prestígio.

A mulher era responsável por todo o desenvolvimento dos filhos, em tempo integral, sem horas para descanso ou férias, esteja saudável ou doente. Caso falhasse, poderia ser responsabilizada por negligência ou sentir-se culpada por não cumprir as expectativas sociais impostas, elas trabalhavam exclusivamente em casa ou em negócios da família. As poucas ocupações fora de casa eram limitadas a funções como ensino infantil, enfermagem e serviços domésticos, geralmente destinadas a mulheres das camadas mais pobres.

Segundo Del Priore (2017) Assim, o casamento funcionava como uma espécie de contrato um negócio entre famílias no qual a mulher representava uma peça central, pois era por meio dela que se consolidavam pactos, trocas de dotes, união de propriedades e legitimação de descendências, e era uma forma da mulher ser reconhecida socialmente, garantindo proteção financeira, status e pertencimento a um grupo familiar.

O casamento era visto quase como destino obrigatório, sendo socialmente valorizado e, muitas vezes, imposto, ao mesmo tempo em que inseria a mulher no espaço social, o casamento também servia como mecanismo de controle, a mulher era frequentemente tratada como moeda de troca simbólica ou real, submetida à autoridade paterna e, posteriormente, à do marido, sem ter voz ativa na escolha de seu parceiro ou na condução de sua própria vida conjugal.

Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial os homens foram convocados para o serviço militar, gerando a escassez da mão de obra masculina nas indústrias, abrindo espaço para que as mulheres ocupassem postos de trabalho até então inacessíveis, pois precisavam trabalhar nas funções de seus maridos para o sustento da família, deixando claro que as mulheres poderiam desempenhar

funções produtivas e assumir responsabilidades econômicas que antes lhes eram negadas, para viabilizar esse novo papel profissional, surgiram creches e cantinas, ampliando vagas no mercado de trabalho feminino e rompendo, ainda que parcialmente, com a visão sacramental da mulher como cuidadora exclusiva dos filhos.

Como afirma Del Priore (2017), “a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda que restrita a funções consideradas extensões do trabalho doméstico, modificou radicalmente sua posição na sociedade”. Essa transformação proporcionou às mulheres uma presença mais ativa nas deliberações familiares e na esfera social, impactando tanto a dinâmica interna do lar quanto a forma como a sociedade as enxerga, o que contribuiu para a expansão de seus direitos e atribuições. Essa evolução histórica também impulsionou a luta feminina por igualdade de direito, fortaleceu o engajamento coletivo das mulheres em movimentos sociais e políticos, dando origem a reivindicações por educação, trabalho digno, participação política e igualdade de gênero.

Na década de 1960, os movimentos feministas emergiram com força, provocando mudanças significativas no papel social e na posição ocupada pelas mulheres no cenário nacional. Outro marco decisivo para a autonomia feminina foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que inaugurou uma nova era de controle sobre a reprodução. De acordo com Sarti (2007) essa conquista possibilitou a dissociação entre sexualidade e maternidade, conquistou a liberdade de decidir sobre seu corpo, quando e quantos filhos desejaria ter, sem a imposição de um destino unicamente materno. Assim, ampliaram-se as oportunidades de participação no mercado de trabalho e na vida social. A maternidade tardia passou a ser uma estratégia para equilibrar a vida profissional e pessoal, reafirmando a liberdade da mulher em exercer múltiplos papéis na sociedade contemporânea.

Essas mudanças tiveram reflexos diretos na estrutura familiar, que se tornou mais flexível, a divisão rígida de tarefas cedeu espaço para uma partilha mais equilibrada das responsabilidades domésticas e parentais. A atuação feminina contribuiu para ampliar o diálogo, valorizar a participação de ambos os cônjuges no cuidado dos filhos e abrir possibilidades para novas configurações familiares. Esse cenário impulsionou mudanças importantes, como o crescimento de famílias monoparentais em que, na maioria dos casos, mulheres chefiam o lar, e o aumento do número de divórcios, possibilitado por leis mais flexíveis que reconhecem o direito

à dissolução do casamento.

Na atualidade, o conceito de família se mostra plural e diverso. A Constituição Federal (BRASIL1988) reconhece a família como a base da sociedade, mas não a restringe ao casamento tradicional entre homem e mulher. Essa abertura legal reflete a realidade de diferentes arranjos familiares, como as famílias reconstituídas (formadas por casais que trazem filhos de uniões anteriores), monoparentais, homoafetivas e tantas outras formas de convivência.

A centralidade da presença feminina na transformação da estrutura familiar está diretamente ligada à conquista de direitos civis, trabalhistas e sociais que possibilitaram à mulher ocupar espaços antes restritos aos homens, a presença feminina, nesse contexto, é central, pois o avanço dos direitos das mulheres foi e continua sendo um dos motores que impulsionaram a redefinição do que se entende por família na contemporaneidade.

Entretanto, as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, especialmente após as grandes guerras mundiais e a Revolução Feminista, proporcionaram à mulher a possibilidade de ocupar novos espaços na sociedade. Segundo Simone de Beauvoir (1949), “Não se nasce mulher: torna-se”, ressaltando que a identidade feminina é construída historicamente e socialmente, não sendo algo fixo ou natural.

Dessa forma, é possível compreender que a mulher não apenas protagoniza as mudanças nos lares, mas também questiona a lógica tradicional que subordinava sua identidade ao casamento e à maternidade compulsória. observa-se o crescimento de lares monoparentais chefiados por mulheres, arranjos familiares formados por mulheres que optam por não casar ou não ter filhos, além de uniões homoafetivas. Como destaca Maria Berenice Dias (2006), o Direito de Família deve acompanhar essas realidades, acolhendo diferentes formas de constituição familiar, sempre pautadas pela dignidade e igualdade.

Portanto, discutir os novos modelos familiares contemporâneos exige reconhecer o papel central da mulher como agente de transformação. Sua presença ativa na sociedade, aliada à luta por igualdade de gênero, impulsiona o surgimento de famílias diversas, que fogem do padrão nuclear tradicional e revelam a pluralidade de formas de convivência, todas legítimas e amparadas pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

3 CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS FILHOS

É no convívio familiar que a criança desenvolve sua formação social; onde aprende a se relacionar com os genitores, aprendem na convivência diária crenças, valores e formam seu perfil como pessoa, pois a instituição familiar está presente nos vários estágios de desenvolvimento humano. Segundo Vygotsky (1998), a família tem o poder de influenciar no comportamento da criança, no modo de falar e se comporta através do que vê no ambiente que vive, ou seja, a aprendizagem da mesma é resultado da relação com o outro e com o mundo que o cerca.

De acordo Oliveira (2010) a participação da família no ambiente escolar proporciona segurança, motivação aos alunos, fazendo compreender o quanto a educação é importante, o sentimento de valorização, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos alunos nos aspectos afetivos, emocionais, cognitivo e no comportamento social, tanto o aluno quanto a escola são beneficiados com a participação familiar na educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) de n. 9394/96 afirma em seu Art. 205. que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil 1996).

É dever tanto da família quanto da escola socializar o indivíduo e inseri-lo na sociedade para que assim, a criança possa desempenhar função para a contribuição da vida social. É importante que ambas as partes estejam engajadas com o processo educativo nas tarefas, participando das reuniões escolares e eventos, para que assim possam identificar dificuldades, estabelecer estratégia de apoio e contribuir para a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo. Pode ainda colaborar com a educação dos filhos, organizando uma rotina de estudos, tanto para fazer atividades e estudar para provas, conferir se houve alguma situação que merece atenção, como recado sobre indisciplina, por exemplo, para que assim haja sucesso educacional. Segundo Lareau (1987), os pais podem contribuir com ideias, experiências e habilidades que enriqueçam o ambiente educacional.

A família-escola necessitam uma da outra para concretizar seu projeto educativo, apesar das diferenças se complementam, afeto, e cuidado, e a escola

possui metodologia e filosofia educacional, promovendo conhecimento, habilidades e competências nos alunos. A colaboração entre as instituições permite uma formação integral e abrangente, as duas contribuem com o desenvolvimento educacional e pessoal das crianças, o compartilhamento de informações por parte dos pais contribui para uma educação, mas completa, significativa e bem sucedida, a relação entre escola e família é crucial para avanço da sociedade, é para a evolução da educação de um país. Segundo Parolin (2007, p. 36) “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”.

Corroborando com essa questão Carvalho (2004) afirma que o uso do tempo é um aspecto muito importante no lar dos alunos para que tenham ótimo rendimento escolar, pois quando a família estimula um tempo diário de estudo com as crianças, fazendo com que os estudantes procurem aprender não somente em sala de aula, os resultados escolares melhoram.

Os progenitores podem contribuir de diversas maneiras: auxiliando nas tarefas de casa, se fazendo presentes nas reuniões escolares, estabelecendo uma rotina de estudos, incentivando a leitura, acompanhando o desempenho acadêmico, estabelecendo limites ao uso das tecnologias, entre outros aspectos.

Segundo Crepaldi (2017):

A participação dos pais na vida da criança é essencial, e quando se estende até a escola, torna-se o processo de aprendizagem uma extensão daquilo que se iniciou em seu convívio familiar. Com essa participação dos pais no processo de ensino aprendizagem, a criança fica mais confiante, uma vez que percebe que todos se interessam por ela, e também porque passam a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que ela tem (Crepaldi, 2017, p.06).

O envolvimento da família na educação dos filhos é importante por diversas razões. Quando a família demonstra interesse e valorizam a educação, isso passa uma mensagem positiva aos alunos, incentivando-os a se dedicarem mais aos estudos.

Para Szymanski (2012) os alunos cujo as famílias participam ativamente da sua vida escolar tendem a estar mais engajados e motivados. Eles reconhecem a importância da educação e se esforçam mais para alcançar bons resultados. O

apoio da família ajuda os alunos a lidar com o estresse das provas e a pressão social. Sentir-se amado, apoiado e acolhido contribui significativamente para o bem-estar emocional, permitindo que os alunos enfrentem desafios com mais confiança.

De acordo com Becker (1984) pais envolvidos podem ajudar seus filhos a desenvolver habilidades essenciais, como organização, gestão do tempo e técnicas de estudo eficazes. Eles podem fornecer orientação e recursos que complementam o aprendizado escolar. A comunicação aberta entre pais e filhos sobre a vida escolar pode identificar e resolver problemas precocemente. Isso inclui dificuldades acadêmicas, sociais ou emocionais que os alunos possam estar enfrentando. A participação da família na instituição de ensino fortalece a conexão entre a família-escola, criando um ambiente colaborativo onde todos trabalham juntos para o sucesso do aluno.

A presença ativa da família na vida escolar dos filhos é fundamental para o sucesso acadêmico. Quando acompanham de perto a trajetória escolar, os pais favorecem não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento emocional e social das crianças, proporcionando uma base sólida para o futuro.

Segundo Souza (2019) a participação ativa da família é fundamental para preparar os alunos para enfrentar os desafios não apenas acadêmicos, mas também sociais e afetivos que emergem no ambiente escolar, promovendo a resiliência emocional. O vínculo afetivo estabelecido em casa funciona como um suporte indispensável para que os estudantes desenvolvam competências socioemocionais essenciais, como a capacidade de trabalhar em grupo, resolver conflitos e lidar com a frustração.

Investir no fortalecimento desse vínculo é apostar em uma educação que reconheça o ser humano em sua totalidade, com suas emoções, relações e potencialidades. Conforme enfatiza Santos (2020), a parceria permite que ambos os espaços dialoguem e adotem estratégias conjuntas que promovam a saúde mental e o desenvolvimento integral das crianças.

Todo esse cuidado se faz importante por implicar na aprendizagem. Considera-se de acordo com Wallon (2007) que lares emocionalmente acolhedores tendem a apresentar crianças com maior estabilidade emocional, melhor autoestima e maior facilidade para estabelecer vínculos saudáveis com colegas, professores e demais figuras sociais. Um lar que valoriza o diálogo, o respeito e a escuta ativa, gera impacto diretamente na integração e adaptação da criança no ambiente

escolar.

Sobre este assunto, Souza (2019) enfatiza que o suporte emocional da família contribui significativamente para a resiliência escolar dos alunos. Ou seja, a família funciona como uma base emocional sólida que protege e encoraja a criança diante dos desafios escolares.

3.1 Família-escola: funções diferentes e complementares

A parceria consiste em uma atuação conjunta, o que não implica necessariamente na realização das mesmas funções, mas em ações que se complementam. A família, como primeira instituição educadora, é responsável por transmitir valores morais, éticos e sociais que servirão de base para o desenvolvimento da criança, enquanto a escola dá continuidade a esse processo, promovendo a formação acadêmica e social do indivíduo.

Na constância da atuação da escola e da família na vida da criança é preciso, que a família cumpra com os seus deveres, e que a escola faça valer sua proposta pedagógica como meta, para que possam atingir seus objetivos. A partir do nascimento, as crianças começam a receber a educação básica em casa para viver em sociedade e exercer a sua cidadania, como: pedir licença, desculpas, agradecer, obedecer, por favor, dividir, compartilhar, respeitar os pais, avós, tios, colegas e os mais velhos; aprendem a se comportar adequadamente, a esperar a sua vez. Segundo Spodek e Saracho (1998), a escola tem o papel de dar continuidade ao processo educativo iniciado no ambiente familiar, assumindo a responsabilidade de promover uma formação integral que contribua para o desenvolvimento intelectual e profissional do indivíduo.

De acordo com Dessen e Polônia (2007) tanto a família quanto a escola desempenham papéis decisivos na educação e formação da criança, a boa comunicação entre as duas instituições, ajuda a criança a se tornar um adulto capaz de contribuir positivamente para a construção de uma sociedade mais justa, ampla e valorizada.

Aos responsáveis por crianças e jovens do ensino básico é sempre importante ressaltar que participar da vida escolar do aluno, vai muito além do que estar em reuniões, eventos, trata-se de uma presença contínua, com comunicação, troca de informações com a escola, proporcionando um ambiente de segurança e

apoio, principalmente no acompanhamento das atividades que são enviadas para casa.

De acordo Moran (2015) é evidente que família-escola exercem papéis distintos, porém igualmente importantes e complementares na formação do ser humano, e para que essa complementaridade seja eficaz, é imprescindível que haja uma relação de parceria, diálogo e cooperação entre ambas as instituições.

Assim, considera-se que a escola atua na sistematização do conhecimento, na promoção do pensamento crítico e na preparação para a vida em sociedade, enquanto a família é responsável por transmitir os primeiros valores, afetos e comportamentos sociais.

3.2 Socialização primária e secundária

A família-escola não são instituições isoladas, mas sim parceiras no processo de socialização, cada uma com suas funções, mas ambas indispensáveis para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Segundo Paro (2006) há dois tipos de socialização, a primária que acontece no lar e a secundária ocorre nos espaços fora de casa, assim é mais compreensível que entre as socializações, escola-família tem sua responsabilidade. Enquanto a família transmite os primeiros valores e estabelece as bases afetivas, a escola oferece espaços de convivência com o diferente, promovendo a ampliação do repertório social e intelectual da criança.

Para ficar mais claro, vale ressaltar que a socialização primária é aquela exercida pela família, e isso quer dizer que a família é o primeiro ambiente de socialização que o ser humano tem contato quando nasce, com a responsabilidade de apresentar o mundo, transmitir bons hábitos e valores, é através da família que o ser humano aprende como viver em sociedade. Cada pessoa do seio familiar contribuirá na construção da visão de mundo que a criança terá. Esse processo é importante para que a criança adquira os comportamentos e a identidade que serão a base para sua convivência em sociedade. Segundo Fernandes (2015) a instituição familiar é o principal agente da socialização primária, oferece as condições afetivas e culturais essenciais para o desenvolvimento da criança, aprenda o autocontrole e entenda as expectativas sociais básicas.

Nesse primeiro processo de socialização a família tem como principal função garantir que o indivíduo esteja apto a se relacionar socialmente de forma adequada,

internalizando os primeiros valores que irão guiá-lo ao longo da vida, por meio de ações cotidianas como o cuidado, a conversa, a brincadeira e o exemplo dos adultos. Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se dá nas interações sociais. A socialização primária deixa marcas muito profundas na vida do indivíduo, tem um valor primordial para o indivíduo, pois é a partir dela que se constrói o primeiro mundo do indivíduo.

Esse processo se consolida quando o indivíduo é capaz de compreender o "outro generalizado", ou seja, quando reconhece e internaliza o ponto de vista da sociedade em que está inserido. Contudo, a interiorização da realidade social não se encerra nesse estágio. Ao longo da vida, o sujeito continua a adaptar-se a novos contextos e expectativas sociais, dando início à socialização secundária.

Já a socialização secundária é aquela que ocorre nos espaços sociais, fora do ambiente familiar, e a escola é um desse espaço social. É na escola que as crianças terão contato com novas relações, mediado por novas pessoas, relações significativas, como professora, colega de sala, pais e irmãos de colegas. Esse novo ambiente social, contribuirá no desenvolvimento social e emocional, a criança se depara com novos contextos, formas de agir, que são diferentes das suas.

A socialização secundária é todo e qualquer processo posterior que introduz um indivíduo já socializado em novas e diferentes realidades sociais de convivência da sua sociedade, a mesma acontece em todos os lugares, desde a escola até o local de trabalho. Segundo Berger e Luckmann (2006, p.187) concluem que: "[...] a socialização secundária adquire uma carga de afetividade de tal grau que a imersão na nova realidade e o devotamento a ela são institucionalmente definidos como necessários."

A socialização primária ocorre nos primeiros anos de vida e é responsável por transmitir os valores, crenças e normas gerais da sociedade, a secundária é mais específica, e ocorre na medida em que o indivíduo passa a integrar outros contextos sociais, preparando o sujeito para atuar em ambientes institucionais distintos, como: escola, igreja, trabalho e outros grupos sociais.

É importante considerar que os indivíduos estão sempre se adaptando a novos grupos e contextos sociais, com isso a socialização secundária é um processo contínuo ao longo da vida. É neste processo em que o ser humano desenvolve habilidades de comunicação, interação social e negociação, que contribui para o sucesso de em diferentes áreas da vida, como: relações pessoais, estudos e

trabalho.

Segundo Giddens (2005) essas duas formas de socialização são essenciais para a construção de um ser socialmente integrado. O indivíduo continuamente reconstrói e redefine sua identidade social e profissional, por meio da interação com esses diferentes grupos

Para que haja uma socialização bem sucedida, é necessário que o indivíduo tenha passado por uma socialização primária estruturada e significativa. Ambas as formas de socialização são essenciais para o desenvolvimento do indivíduo, para que aprenda a se comportar em diferentes grupos, e se adaptar e atuar em diversos contextos sociais ao longo da vida.

4 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Os genitores são os primeiros educadores, são os modelos que influenciam no comportamento, atitudes e crenças, pois as crianças observam ativamente o comportamento dos pais e outros membros da família e tendem a imitar o que veem, mais do que seguir instruções verbais.

Segundo Alberto (2024), quando os responsáveis acompanham de perto os estudos, especialmente por meio do apoio nas tarefas de casa, os alunos tendem a apresentar um melhor desempenho acadêmico, pois esse envolvimento funciona como um reforço do conteúdo trabalhado em sala de aula.

Além disso, pais participativos despertam nos filhos maior motivação para estudar, fazendo com que compreendam a importância da educação e se sintam valorizados tanto no âmbito pessoal quanto escolar. A participação ativa da família na vida escolar dos filhos traz diversos benefícios para o processo de ensino-aprendizagem, despertam nos filhos maior motivação para estudar, fazendo com que compreendam a importância da educação e se sintam valorizados tanto no âmbito pessoal quanto escolar.

Segundo Santos, Gomere Gomes e Bindela (2019) essa parceria também favorece a comunicação entre escola-família, promovendo transparência e confiança, o que facilita a identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem, comportamento ou desenvolvimento, permitindo a construção conjunta de estratégias pedagógicas, fortalecendo o vínculo entre pais e filhos, já que os estudantes se sentem mais à vontade para compartilhar desafios e conflitos enfrentados no ambiente escolar, promovendo uma relação familiar mais efetiva e colaborativa.

Assim, pode-se considerar que o bom comportamento também é um reflexo da presença dos responsáveis na escola, pois os alunos tendem a adotar atitudes mais respeitadas e positivas diante das regras e normas institucionais. A relação colaborativa entre família-escola proporciona um ambiente educacional mais acolhedor, onde o aluno se sente valorizado, contribuindo significativamente para seu desempenho e bem-estar emocional, fortalecendo o sentimento de pertencimento, percebendo que sua educação é uma responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos em sua formação.

Pais ou responsáveis presentes, atentos e dispostos a intervenções

pedagógicas, dialogar com a escola, criam oportunidades para a construção de estratégias e eficaz para as necessidades individuais de cada aluno. De acordo com Oliveira e Araújo (2010), é responsabilidade da família transmitir valores morais, possibilitando que os indivíduos adquiram costumes e princípios fundamentais para a convivência social. O apoio da família contribui para que os alunos lidem melhor com o estresse das avaliações e com a pressão do convívio escolar.

Sentir-se amado, acolhido e apoiado favorece significativamente o bem-estar emocional, permitindo que enfrentem os desafios com mais segurança e autoconfiança. A participação da família também colabora para o desenvolvimento saudável dos estudantes nos aspectos afetivo, emocional, cognitivo e comportamental. Assim, tanto os alunos quanto a escola se beneficiam dessa parceria no processo educativo.

A boa relação entre escola-família promove um entendimento mais amplo, fazendo os pais ou responsáveis, compreender que cada criança tem necessidade individuais, e contribui para que os filhos reconheçam que a educação não se limita a uma obrigação institucional, mas constitui uma oportunidade essencial para o desenvolvimento intelectual, social e emocional, permitindo a construção de competências necessárias para a atuação crítica e autônoma na sociedade.

De acordo com Paro (2000), a participação da família na escola não deve se restringir a momentos formais, mas envolve um engajamento ativo e contínuo, promovendo uma gestão democrática e humanizada da educação. E quando os pais se sentem acolhidos e respeitados pelos professores, tendem a se engajar mais nas atividades escolares e a valorizar a importância da educação formal, e se reconhecem como partes atuentes e indispensáveis no processo educativo.

A boa comunicação entre família e professores permite que a escola conheça melhor a realidade do aluno fora do ambiente escolar, compreendendo suas dificuldades, potencialidades e necessidades específicas, facilitando a comunicação sobre o comportamento, o rendimento escolar, as dificuldades de aprendizagem, permitindo atuar com mais segurança e sensibilidade, adaptando estratégias de ensino conforme as particularidades de cada aluno.

Assim, é possível compreender que a relação próxima entre família e professores os resultados não acontecem apenas no rendimento escolar, mas também no comportamento, na autoestima e no desenvolvimento social e emocional dos alunos.

4.1 A transferência de responsabilidade da família para a escola

Tanto a família quanto a escola exercem um papel diferente na vida da criança, papéis esses que se complementam. Zagury (2002, p. 85) “é sempre bom repetir que ninguém substitui a família na tarefa de educar, de socializar, de ensinar o que é certo e o que é errado, de formar cidadãos éticos e de dar valores aos filhos”. E muitos pais têm deixado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos, esperando que professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal, e claro que a escola pode ensinar isso, mas ela tem outras tarefas, mais importante.

Silva 2008 afirma que na atualidade há pais ocupados, que esperam que a escola cumpra também as suas responsabilidades como família. Na atualidade o diálogo entre pais e filhos tem sido substituído pelas redes sócias e o trabalho, onde os pais têm se dedicado, mais ao trabalho, não sobrando tempo para seus filhos, e esta ausência tem causando forte impacto na vida das crianças como: baixa autoestima, ansiedade, insegurança, problema de agressividade, diminuição do rendimento escolar, o vínculo entre pais e filhos, principalmente na infância auxilia na formação do caráter, na afetividade, na maneira de pensar e agir, e a distinguir o que é certo e errado.

Segundo Santos e Toniosso (2014, p.133),

A escola se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visa o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade.

Há pais que falam não terem tempo para a vida escolar dos filhos, transferindo para a escola toda responsabilidade, e um dos motivos para essa falta de tempo é a rotina de trabalho, com isso é delegado a escola o papel de primeira educadora, sendo essa responsabilidade da família, e essa transferência compromete a educação formal da criança, as impedindo de aprender as regras do convívio social.

Como afirma paro (2010, p. 71), "a escola é corresponsável pela educação, mas não pode suprir a ausência da função familiar". É fato que muitos estudantes

chegam à escola necessitando de apoio emocional, resultado de lacunas deixadas no ambiente familiar. Esse contexto acaba levando o professor a desempenhar, além de seu papel educativo, funções de cuidado e acolhimento que seriam originalmente da família.

Os filhos precisam dos pais, necessitam de direcionamento, disciplina, apoio e incentivo para crescer, amadurecer e se tornarem pessoas independentes e adultos autônomos. A aliança entre a família-escola é fundamental nesse processo. Segundo Tiba, (1996, p.169) “há pais que, por manterem seus filhos na escola, acham que esta é responsável pela educação dos mesmos. Quando a escola reclama de maus comportamentos ou das indisciplinas dos alunos, as famílias jogam a responsabilidade sobre a escola”.

É comum recebermos crianças que são criadas pelos avós, cuidado por babá, ou por terceiro, enquanto os pais trabalham, muitas vezes chegam só a noite quando a criança já estar dormindo, e ressaltando o que falei transferindo responsabilidade, e tudo isso causa um grande impacto na vida dos filhos que acaba refletindo na escola, com falta de disciplina ou crianças carentes de afeto.

Segundo Oliveira (2021, p. 17)

Quando a criança sente a ausência da família em sua vida escolar são inúmeras as consequências, por exemplo, baixo rendimento, a dificuldade de aprendizagem, falta de interesse com as atividades propostas, mudanças no comportamento se tornando, na maioria das vezes, agressivo ou apático.

A boa comunicação entre família-escola é fundamental para incentivar os alunos a participarem das atividades propostas. Esse envolvimento contribui para a melhoria do desempenho escolar, além de promover a autonomia e a responsabilidade dos estudantes em relação às suas obrigações acadêmicas.

De acordo paro (2000, p. 137):

“A participação dos pais na vida escolar dos filhos depende, em grande parte, da capacidade da escola em estabelecer formas de comunicação que não sejam autoritárias, mas sim dialógicas e acolhedoras, capazes de aproximar as famílias e criar um ambiente de cooperação mútua”.

A escola precisa criar estratégias para atrair os pais ausentes para dentro da escola, uma delas é ter uma comunicação efetiva, deixando claro sobre o desenvolvimento, dificuldade e comportamento do aluno, pois a comunicação leva para dentro de casa todas as informações importantes sobre a realidade escolar e

diminui a distância entre escola e família.

A escola deve incentivar as famílias a participarem das lições de casa, para que acompanhe o nível de desenvolvimento dos filhos, e dificuldade no aprendizado. De acordo com Paro (2000) Envolver a família na construção e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é essencial para fortalecer a parceria entre escola e família, é de fundamental importância para garantir uma educação mais alinhada com a realidade e as necessidades dos alunos, e para que se sintam corresponsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente mais colaborativo e comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para Leal (2016, p. 9)

A união família-escola gera benefício em relação não só ao processo ensino/aprendizagem, mas também na troca de informações acerca da criança, no desenvolvimento da criança na escola e em casa. Ou seja, essa inter-relação possibilita compreender a atuação da criança tanto em casa como na escola, suas condutas e as relações que estabelece com os adultos no seio familiar.

O reconhecimento dessa parceria na vida do indivíduo é de suma importância para realização do trabalho pedagógico, da melhor aprendizagem. Família-escola precisam estar de mãos dadas em direção às mesmas metas. Segundo Maranhão (2004, p.89 - 90),

O que família e escola julgavam suficiente no que tange à educação, já não é. O ideal é que pai professor e comunidade estreite seus laços e torne a educação um processo coletivo. Mas não cabe aos professores educar os pais. Seu alvo é o aluno, independente da história familiar que carrega e o influencia.

A família precisa ser avisada pela escola o quanto a sua participação é importante e que o seu papel é dar continuidade ao trabalho da instituição de ensino. A família educa no âmbito privado, focando o ser individual, no desenvolvimento de valores e atitudes, e a escola tem como objetivo educar o ser em processo coletivo e na sua interação, responsabilidade e participação social, ou seja, educam cada uma no seu contexto específico.

Segundo Cavalcanti (2002), a escola precisa compreender a família como parte integrante do processo educacional e buscar formas de incluí-la nas decisões e nas ações pedagógicas.

Para fortalecer a parceria entre família-escola, é fundamental implementar estratégias que promovam a participação ativa dos pais no cotidiano escolar. A comunicação regular, por meio de boletins informativos, e-mails, reuniões e plataformas digitais, mantém os responsáveis informados sobre o progresso dos alunos e eventos importantes. Reuniões de pais e mestres possibilitam o diálogo direto sobre o desempenho acadêmico e comportamental dos estudantes, favorecendo um ambiente de cooperação.

A promoção de eventos escolares, como feiras de ciências, apresentações culturais e atividades extracurriculares, também estimula o envolvimento das famílias na vida escolar. Além disso, programas de voluntariado criam oportunidades para que os pais participem ativamente como auxiliares em sala de aula, organizadores de eventos ou membros de conselhos escolares.

A escola pode ainda oferecer educação parental por meio de palestras e oficinas sobre temas como disciplina positiva, estratégias de aprendizagem e uso consciente da tecnologia. Criar espaços para que os pais ofereçam *feedback* e participem das decisões institucionais fortalece o sentimento de corresponsabilidade.

A formação de parcerias com organizações comunitárias amplia os recursos disponíveis e promove apoio social às famílias, consolidando um ambiente educacional mais acolhedor, colaborativo e eficaz. Quando há um posicionamento adequado por parte da escola e uma atuação voltada à criação de engajamento, é fundamental que exista um canal de comunicação eficiente com os responsáveis. Isso pode contribuir significativamente para o fortalecimento da parceria entre escola-família. Apresentações abertas com a presença dos pais, reuniões e eventos voltados à conscientização sobre a importância dessa colaboração são estratégias eficazes.

Para que os laços entre família e instituição sejam realmente estreitados, é necessário haver disponibilidade para ouvir o que os responsáveis têm a dizer, acolher seus sentimentos e considerar suas percepções sobre a escola e os alunos.

Segundo Libâneo (2001, p. 31):

“A educação escolar não substitui a educação familiar, mas a complementa. A família é o primeiro espaço de socialização, onde se formam os valores, hábitos e atitudes, enquanto a escola dá continuidade a esse processo, sistematizando os conhecimentos e promovendo o desenvolvimento intelectual e social do educando”.

O trabalho desenvolvido na escola é o complemento da educação que recebem em casa, pois, além de suprir as necessidades acadêmicas, auxilia no desenvolvimento pessoal do aluno, são duas instituições fundamentais onde a educação acontece, os valores se concretizam e a cultura é geminada.

Diante dessas transformações vivenciadas pela escola é fundamental que os pais compreendam como a educação é organizada atualmente, para que possam se envolver de forma consciente e colaborativa. Somente com esse conhecimento é possível que os pais participem de maneira efetiva e construtiva, contribuindo para o desenvolvimento dos filhos e para a vida escolar como um todo, essa compreensão é indispensável para que possam se envolver de forma consciente, crítica e colaborativa nas ações escolares.

Segundo Libâneo (2004, p. 87), “A ação educativa da escola não substitui, mas complementa a educação familiar, sendo imprescindível a colaboração entre ambas.” Ou seja, a participação dos responsáveis não se restringe à fiscalização, mas sim uma relação em que se respeitam as funções de cada instituição, e dialógica. A educação é um processo contínuo e multidimensional um dever coletivo, e a escola não é a única responsável pelo sucesso ou fracasso educacional de

crianças e adolescentes. Oliveira e Araújo (2010) afirmam que “quando os pais se aproximam da realidade escolar e compreendem seu funcionamento, tornam-se aliados no processo de ensino e aprendizagem”. Essa aproximação dos pais com instituição de ensino torna os genitores em parceiros ativos, não apenas espectadores.

Portanto, é urgente romper com a lógica tradicional que isola a escola das demais esferas sociais, todos devem assumir o seu papel na formação das novas gerações, a educação, nesse sentido, torna-se de fato um compromisso coletivo, uma construção conjunta que ultrapassa muros e transforma realidades. Paro (2000, p. 147) ressalta que, “A educação escolar é uma tarefa pública e deve ser assumida como um dever de todos, e não apenas da escola e de seus profissionais.” Essa afirmação destaca a dimensão pública da educação, compreendida como um direito social e um dever coletivo.

A formação integral de crianças e adolescentes exige a colaboração ativa da família, da comunidade e do poder público. A instituição de ensino tem o papel preparar os alunos para a vida em sociedade, promover o desenvolvimento intelectual e sistematizar o conhecimento, é equivocado pensar que essa tarefa pode

ser desempenhada de forma isolada.

4.2 A corresponsabilidade entre família-escola na formação do aluno

Um dos pilares fundamentais para o sucesso educacional está na relação entre as duas instituições essenciais: a família e a escola. Soares (2011) afirma que a boa comunicação entre os genitores e escola representa uma base essencial para a construção de uma educação de qualidade, contribuindo de maneira decisiva para o avanço do processo educativo, promovendo o crescimento global da criança.

A parceria entre escola-família é indispensável para o sucesso do processo educativo, embora repleta de desafios. Diante disso, surge um questionamento pertinente: de quem é a responsabilidade de estabelecer essa parceria? A resposta mais adequada é que ambas as instituições — escola-família — compartilham essa responsabilidade. Trata-se de um compromisso mútuo, baseado na corresponsabilidade e na cooperação contínua, visando ao desenvolvimento integral da criança.

A colaboração e parceria das duas instituições é fundamental para o sucesso do processo educativo Brenfenbrenner 1996, afirma que” Quanto mais estreita e harmoniosa for a conexão entre os diferentes contextos em que a criança está inserida, como família e escola, maior será o impacto positivo no seu desenvolvimento”

Segundo Saviani (2008) a família e professores compartilham das mesmas preocupações, como o bom desempenho escolar das crianças, e ainda segundo a autora uma das barreiras na construção do relacionamento entre as duas instituições, é a visão que uma tem da outra, acreditam ter tarefas diferentes, e relutam em fazer aquilo que considera ser tarefa do outro.

Paro 1999, afirma que, “entretanto, não se trata, nem da família prestarem uma ajuda unilateral à escola, nem de a escola repassar parte do seu trabalho para a família.” O que se pretende é uma extensão da função educativa da escola para os pais e responsáveis pelo discente, ressaltando o que foi falado anteriormente que as duas instituições têm a responsabilidades de fortalecer a parceria, cada uma precisa cumprir com sua função, e reconhecer a importância de fortalecer esse laço tão importante.

Mesmo que haja interesse por parte da família, e não obter nenhuma resposta

ou interesse por parte da escola, não poderá estabelecer uma conexão, como destaca Libâneo 2001 “A escola deve buscar formas de interação com a família, promovendo uma participação crítica e efetiva, sem esperar que essa relação se estabeleça por si só.” Ou seja, se a escola criar estratégias e a família não dê nenhuma resposta e demonstração de interesse, será impossível estabelecer uma parceria ou firmar uma relação.

É necessário que a família-escola reconheçam a importância dessa parceria, que caminhem com o mesmo pensamento e metas. No entanto para que isso aconteça, a parceria precisa ser construída e fortalecida ao longo do tempo, e isso pode ser possível quando ambas dedicarem tempo de qualidade para fortalecer a confiança e expor suas dificuldades, reconhecendo que são aliados no processo de ensino e aprendizagem, essa relação não é apenas desejável, mas essencial para formar o sujeito de forma integral.

A família precisa envolver-se de forma ativa, compreendendo o seu papel, que não se restringe a supervisionar ou cobrar, mas apoiar de forma diária, dedicando um tempo para ajudar os filhos, com apoio emocional. De acordo com Libâneo (2001, p.38):

“A escola e a família são instituições sociais fundamentais e complementares no processo de formação do ser humano. A corresponsabilidade entre ambas é indispensável para garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente”.

Diante do exposto é evidente afirmar que a construção do relacionamento sólido e efetivo entre ambas as instituições é indispensável para uma educação de qualidade, o que se leva a inferir que a educação é um processo coletivo.

Pais e professores compartilham o mesmo interesse pelo desempenho e bem-estar das crianças, mas muitas vezes enfrentam dificuldades para estabelecer uma relação colaborativa. Candau (2002) destaca que um dos principais obstáculos está na percepção que cada grupo tem do papel do outro, o que gera resistência em assumir responsabilidades conjuntas, dificultando assim a construção de uma parceria efetiva.

Nesse sentido, Paro (2000, p. 65) destaca que “a escola-família são instituições cuja atuação se dá em âmbitos diferentes, mas que devem estar integradas em torno de um mesmo objetivo: a formação do ser humano”. A escola não deve ser vista apenas como espaço de ensino formal, mas também como um

lugar que acolhe o aluno em sua totalidade. A escola sozinha não é capaz de resolver demandas que exigem atenção e cuidado contínuo. Assim, é fundamental o diálogo, cooperação e corresponsabilidade entre os profissionais da educação e os responsáveis pelos alunos, de modo que os vínculos entre as partes fortaleçam o ambiente escolar como espaço de acolhimento, formação e cidadania.

Dessa forma, a interação harmoniosa entre escola e família contribui para que o processo educativo ultrapassa os limites da sala de aula e envolve toda a comunidade escolar, favorecendo a construção de vínculos sólidos que fortalecem o ambiente escolar, transformando-o em um espaço acolhedor, formativo e promotora da cidadania. Esse vínculo é essencial para a formação cidadã, o diálogo entre as instituições sociais é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, e o diálogo contínuo entre essas instituições sociais representa um elemento indispensável na construção de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, compartilhando responsabilidades e valores comuns.

Oliveira e Araújo (2010 p. 56,) afirmam que “A participação dos pais é um fator decisivo no sucesso da aprendizagem e no fortalecimento do compromisso coletivo com a educação”. A articulação entre essas duas instâncias contribui para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, capazes de formar indivíduos que saibam exercer plenamente sua cidadania.

Segundo Libâneo (2001), a corresponsabilidade entre escola-família é um fator determinante para a efetivação de uma educação que vá além da simples transmissão de conteúdos, contribuindo para a formação integral do indivíduo.

De acordo com Durkheim (1995, p. 47)

“A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão prontas para a vida social. Ela tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais que são exigidos dela pela sociedade como um todo e pelo meio especial a que está particularmente destinada.”

A criança ao nascer não possui os instrumentos necessários para viver em sociedade como: regras de convivência, autocontrole, linguagem e ética, e tudo isso deve ser ensinado pela instituição familiar, e em seguida que é a base da socialização primária, que faz uma ampliação do processo inicial, com outros valores, saberes sistematizados e contextos culturais mais abrangentes.

Podemos compreender que a família e escola são instituições complementares, e a cooperação é fundamental para a formação do indivíduo, e para a inserção plena e responsável do sujeito na coletividade.

4.3 Ação do conselho tutelar na escola como garantia dos direitos

Na Constituição de 1988, foi reconhecido que as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, foi regulamentado posteriormente pelo ECA. O Conselho Tutelar foi instituído no Brasil com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, como um órgão permanente e autônomo. Sendo o órgão encarregado de zelar pela efetivação desses direitos, sobretudo nas situações em que a família, a sociedade ou o Estado falham nesse dever.

Segundo Pilotti e Rizzini (2002), a criação dos Conselhos Tutelares possibilitou uma descentralização das ações de proteção, conferindo às comunidades locais o poder de eleger conselheiros responsáveis por intervir nas situações de ameaça ou violação de direitos, especialmente no que tange à negligência familiar, evasão escolar, maus-tratos e abandono, está diretamente ligado à consolidação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil.

Ele atua como peça-chave no enfrentamento das desigualdades sociais que afetam o acesso à educação, à saúde, à convivência familiar e comunitária, e ao desenvolvimento integral, conforme assegurado na legislação brasileira. Antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) crianças e adolescentes em situação de risco eram tratados sob uma ótica de "menorismo", ou seja, eram vistos como "menores em situação irregular", frequentemente responsabilizados por sua própria condição de vulnerabilidade.

De acordo com Fernandes (2006) o Conselho Tutelar é um órgão integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, representou uma mudança significativa no paradigma de proteção à infância no país, marcando a transição de uma política de caráter tutelar-repressivo para uma abordagem baseada na proteção integral.

O Conselho Tutelar início sua atuação nas escolas em 13 de julho de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), A partir dessa data, a escola passou a ter um papel legalmente definido como parte da rede de

proteção integral, sendo obrigada a notificar o Conselho Tutelar em casos de: faltas injustificadas, reiteradas, evasão escolar, suspeitas ou confirmação de maus-tratos, negligência familiar, entre outras situações.

Segundo Imbernón (2011) a evasão escolar é um problema social grave, afetando milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Ainda segundo o blog um dos fatores para evasão escolar é a falta de interesse, motivação e problemas familiares. Deixando claro o quanto a família é um apoio emocional, essencial para o sucesso dos filhos.

A falta de supervisão por parte da família, é um impedimento de ficar sabendo de situações ou problemas que estão sendo vivenciados pelo filho e pela escola, muitas das vezes os filhos saem de casa para escola, e não comparece ou às vezes participam de algumas aulas e outras não.

De acordo com o Art. 56 da Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever dos dirigentes de instituições de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar sempre que houver casos de faltas repetidas sem justificativa ou de evasão escolar, desde que todos os recursos pedagógicos e administrativos da escola já tenham sido esgotados (BRASIL, 1990). Essa medida reforça a corresponsabilidade entre escola e órgãos de proteção na garantia do direito à educação.

A escola deve adotar medidas para evitar o abandono escolar, como notificações aos responsáveis, reuniões e ações de acompanhamento, mesmo com essas estratégias e a situação não mudar, será necessária a comunicação ao Conselho Tutelar, que assume a responsabilidade de zelar pela garantia do direito à educação.

O art.55 do Eca diz que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Essa determinação reforça o entendimento de que o acesso à educação é um direito fundamental da criança e do adolescente e, ao mesmo tempo, um dever da família, e que não seja só matricular, mas apoiar, e ajudar nas dificuldades do filho, garantir a matrícula e a permanência no ambiente escolar é uma responsabilidade dos genitores, a negligência nesse aspecto pode configurar violação de direitos. (Brasil,1990)

A atuação do conselho tutelar no ambiente escolar é essencial especialmente em situação de desídia escolar, quando a família não cumpre com seus deveres legais de cuidar, proteger e acompanhar a vida escolar dos filhos.

A negligência é uma violação de direitos, que acontece de forma sutil e persistente, não deixa marcas físicas visíveis, mas reflete seriamente no bem-estar emocional e no rendimento escolar da criança. A negligência pode ser caracterizada por falta de acompanhamento dos estudos, ausência de estímulo ao estudo, o não comparecimento nas reuniões escolares.

Garcia (2012, p.18) afirma que “A negligência não é apenas a falta de ação, mas a repetida falha em proteger, cuidar e se fazer presente, deixando a criança entregue a si mesmo em aspectos fundamentais da vida.” Ou seja, quando o responsável deixa de oferecer o cuidado necessário, abandona emocionalmente ou não se envolve em aspectos essenciais da vida da criança, como educação, saúde e segurança, ele a coloca em risco, comprometendo o desenvolvimento pleno do jovem, exigindo a intervenção de órgãos de proteção, a atuação do Conselho Tutelar na escola é essencial, sobretudo quando a escola identifica situações em que direitos estão sendo ameaçados ou violados.

Negligência não significa apenas deixar de agir em um momento isolado, trata-se de uma falha constante em garantir proteção, atenção e apoio para a criança ou adolescente. A legislação brasileira por meio da ECA reforça que a educação é direito fundamental, e que falhar nesse aspecto constitui infração.

A ausência da família ou responsáveis em reuniões escolares, atividades pedagógicas ou no acompanhamento cotidiano da vida escolar, não deve ser compreendida como negligência, muitas vezes está relacionada a condições materiais adversas, como a necessidade de sustento da família, o trabalho informal e a ausência de políticas públicas que possibilitem uma maior presença dos pais no cotidiano dos filhos, Contudo quando a escola já tentou diversas estratégias de contato e aproximação sem êxito, ou quando essa ausência prolongada começa a afetar significativamente o rendimento acadêmico, o comportamento ou a integridade da criança ou adolescente o Conselho Tutelar pode ser acionado.

Abramovay e Rua (2003, p. 18) afirmam que “a ausência dos pais no acompanhamento escolar pode gerar não apenas dificuldades de aprendizagem, mas também problemas de comportamento e evasão, exigindo uma atuação mais ativa da escola e da rede de proteção social”. para que haja um uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, é preciso que aconteça o trabalho integrado entre escola, família, e que tenha o apoio dos órgãos públicos, a identificação precoce de situações de vulnerabilidade pode visto através

da aproximação entre o Conselho Tutelar e a comunidade escolar.

O Conselho Tutelar deve ser visto como parceiro no processo educativo, ajudando a garantir que a escola seja um espaço seguro, acolhedor e comprometido com a cidadania, e não apenas como instrumento de denúncia.

Diante do exposto é possível afirmar que a ausência da família no ambiente escolar compromete o desenvolvimento integral do aluno, e atuação do Conselho Tutelar é fundamental para assegurar os direitos educacionais da criança e do adolescente, tornando evidente o papel fiscalizador e protetivo deste órgão, e como sua ação e de grande ajuda para a escola, aliviando um dos desafios da unidade de ensino, e não apenas para o cumprimento de uma obrigação legal, mas uma contribuição significativa para a efetivação de uma educação inclusiva, mais do que agir apenas de forma corretiva, mas de maneira articulada com instituição, promovam o fortalecimento do vínculo entre família e escola, buscando compreender os contextos familiares, muitas vezes marcados por vulnerabilidade socioeconômica.

A comunicação entre a escola e o Conselho Tutelar, diante da ausência frequente e não justificada de alunos, não é apenas uma exigência legal, mas uma ação que fortalece a rede de proteção social à infância. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever dos dirigentes escolares informar o Conselho Tutelar sempre que houver faltas reiteradas e não justificadas. Nesse sentido, Lima (2009) destaca que a escola não deve ser vista como uma instituição isolada, mas como parte integrante de uma rede articulada que envolve a família, a comunidade e o Estado. Ao cumprir essa obrigação, a escola não apenas obedece à legislação, mas assume seu papel ativo na promoção dos direitos da criança e do adolescente, intervindo em situações que podem sinalizar negligência familiar e comprometimento do direito à educação e à convivência familiar saudável.

A comunicação entre ambas é um elemento fundamental para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no ambiente escolar, pois visa garantir que não apenas o conteúdo curricular seja transmitido, mas também que o estudante seja apoiado nas diversas dimensões de seu desenvolvimento, não apenas amplia a rede de proteção, mas gera um vínculo de corresponsabilidade entre as instituições envolvidas no processo educativo.

A atuação desse órgão público não só busca resolver problemas pontuais, mas também promover ações preventivas que envolvem os alunos, as famílias e a

comunidade.

Libâneo (2001, p. 78) afirma que "a educação deve ser entendida como um direito social que exige a colaboração de toda a sociedade, com a escola desempenhando um papel central, mas não isolado". Portanto, a responsabilidade pelo desenvolvimento educacional não recai apenas sobre a escola, mas deve ser compartilhada com a família, a comunidade e os órgãos de proteção, como o Conselho Tutelar, e tem como objetivo maior trabalhar junto à escola para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e suas famílias.

De acordo Mello (2012), "a intervenção precoce, através de uma comunicação eficiente entre a escola e o Conselho Tutelar, pode evitar que problemas graves, como a evasão escolar, se concretizem".

Segundo Sales (2019) algumas funções do Conselho Tutelar na escola são: Garantir o direito à educação: O Conselho Tutelar atua ativamente em casos de evasão escolar, incentivando a matrícula e a frequência dos alunos, além de investigar as causas da ausência para buscar soluções efetivas. Proteger contra a negligência e o abuso. Intervém sempre que há situações de negligência por parte dos pais ou responsáveis, bem como em casos de violência física, verbal ou psicológica contra crianças e adolescentes.

Encaminhar casos para os órgãos competentes: Em situações mais complexas, como consumo de drogas ou porte de armas, o Conselho Tutelar direciona os casos para os órgãos responsáveis, garantindo o suporte adequado. Orientar e acompanhar: Oferece orientação e apoio contínuo aos pais ou responsáveis, acompanhando os casos para assegurar o bem-estar integral da criança ou adolescente.

Requisitar serviços públicos: Quando necessário, pode solicitar serviços públicos, como atendimento médico, psicológico ou social, para suprir as demandas específicas das crianças e adolescentes.

Dessa forma, o Conselho Tutelar atua de forma preventiva e integrada para promover o desenvolvimento saudável e seguro das crianças e adolescentes. conforme previsto no ECA, o Conselho Tutelar exerce uma função de extrema importância na garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, com o objetivo de garantir desenvolvimento pleno e saudável dos menores, além de proteger seu bem-estar físico, emocional e social, negligência, violência e abuso. Podendo acionar serviços públicos, quando necessário, como atendimentos

médicos, psicológicos.

Ampliando a proteção das crianças e adolescentes, possibilitando que suas necessidades específicas sejam atendidas de forma completa. Dessa maneira configura-se como um agente fundamental na rede de proteção dos direitos infantojuvenis.

A atuação do conselho tutelar contribui significativamente para a construção de um ambiente seguro, saudável e favorável, e para o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso da sociedade e do Estado com o futuro das novas gerações.

De acordo com Moura (2017, p. 112):

“O Conselho Tutelar, ao intervir no espaço escolar, tem como objetivo primordial assegurar que os direitos das crianças e adolescentes estejam sendo respeitados, especialmente nos casos de evasão escolar, violência, negligência familiar ou outras situações que comprometam o pleno desenvolvimento educacional. Sua presença na escola não se dá como forma de punição, mas como suporte, auxiliando na construção de um ambiente propício à aprendizagem e à proteção dos alunos”.

A presença do Conselho Tutelar é um apoio institucional essencial, principalmente na garantia dos direitos dos alunos que estejam sendo cumpridos, complementando o papel da escola, oferecendo o respaldo necessário para que a instituição cumpra sua função social com mais segurança e apoio.

Como ressalta Rizzini (2013, p. 142),

“O Conselho Tutelar, ao atuar junto às escolas, fortalece a articulação entre os sistemas de ensino e de proteção social, contribuindo para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e para a construção de um ambiente escolar mais justo e inclusivo”.

Reafirmando que a escola, a família e o Estado devem caminhar juntos na promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e segura, é fundamental reconhecer que essa parceria fortalece o processo educativo, amplia as possibilidades de desenvolvimento integral dos alunos e contribui para a construção de uma sociedade mais justa. Com a atuação precoce dessas três instâncias, é possível garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola e promover uma formação que valorize a cidadania, o respeito às diferenças e a proteção integral da criança e do adolescente.

5 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

A escola do século XXI enfrenta desafios complexos e multifacetados que a obrigam a repensar suas finalidades, seus métodos e suas relações com a comunidade. A educação contemporânea tem como um dos principais desafios transformar a escola em um espaço de construção coletiva do conhecimento em que professores, alunos e pais compartilhem saberes, experiências e responsabilidades. Segundo Nóvoa (2009, p. 45) “A escola precisa deixar de ser um território fechado em si mesmo e tornar-se uma comunidade de aprendizagem, onde todos ensinam e todos aprendem, em diferentes tempos e formas”. Rompendo com modelos tradicionais de ensino, onde o professor é a única fonte legítima de saber.

Essa concepção amplia o papel da escola e reforça a importância da participação de toda a comunidade no processo educativo. Como afirma Arroyo (2011, p. 87) “É preciso romper com a lógica da exclusão e considerar os saberes das famílias e comunidades como parte do currículo real da escola”. Ou seja, para que o conhecimento seja realmente construído de forma coletiva dentro da escola, é necessário valorizar os saberes que os alunos e suas famílias já possuem, e permite que esse conhecimento que os alunos já trazem ao chegar em sala de aula seja aproveitado e compartilhado, não basta ensinar, é preciso dialogar com o mundo do aluno, com sua história e sua cultura.

De acordo com Freire (1996), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes.” Isso nos leva a compreender que o aluno não é um ser vazio a ser preenchido de informações, mas sim um sujeito que já carrega consigo um conjunto de conhecimentos construídos em diferentes contextos alguns adquiridos na escola, outros na vivência cotidiana, no trabalho, na cultura popular e nas experiências familiares. Reconhecer esses saberes é essencial para que o processo educativo se torne significativo, respeitoso e dialógico, valorizando a diversidade de trajetórias e contribuições de cada indivíduo no espaço escolar.

Como afirma Santos (2010, p. 59,) “Só é possível construir conhecimento de forma coletiva quando se reconhece que todos têm algo a ensinar e muito a aprender.” Para que a escola seja um espaço de construção coletiva do conhecimento, é necessário que a mesma tenha uma gestão democrática, onde haja participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar nas decisões

pedagógicas, administrativas e políticas da instituição.

Conforme Cury (2002, p. 33), “a gestão democrática não se reduz a eleições periódicas, mas se concretiza no exercício cotidiano da escuta, do debate e da corresponsabilidade.” Nesse sentido, a escola transcende sua função tradicional de transmissora de conteúdos e passa a configurar-se como um espaço de cidadania, participação e diálogo. Por meio da escuta ativa e do envolvimento de todos os sujeitos do processo educativo gestores, professores, alunos e famílias, constrói-se coletivamente o conhecimento, fortalecendo uma educação mais crítica, inclusiva e transformadora.

A presença efetiva da família e da comunidade no cotidiano escolar representa um fator determinante para a construção de uma escola democrática, a escola não deve ser um espaço exclusivo de profissionais da educação, mas sim um espaço aberto ao diálogo e à cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo formativo.

De acordo com Oliveira e Ferreira (2021, p. 114) “A escola do presente deve ser um laboratório social de convivência democrática, onde os diferentes saberes se reconhecem e se legitimam mutuamente”. Os saberes populares, familiares e comunitários, ampliam a aprendizagem e fortalecem o vínculo entre escola e território, promovendo ações pedagógicas mais significativas, contextualizadas e justas.

Segundo Paro (2011, p. 65):

“A escola pública, se quiser cumprir seu papel social, deve abrir-se à participação da comunidade, permitindo que os saberes construídos no cotidiano das famílias e dos diversos grupos sociais não sejam ignorados, mas valorizados como parte do processo educativo. Essa interação não apenas fortalece o vínculo entre escola e sociedade, como também contribui para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, comprometidas com a realidade dos alunos e com a transformação social.”

O conhecimento produzido no convívio familiar e social não é algo separado ou inferior ao saber escolar formal, e escola precisa valorizar e reconhecer esses saberes, ela não apenas aproxima a aprendizagem da realidade dos alunos, mas também fortalece o vínculo entre a instituição escolar e o meio social onde ela está inserida, fortalecendo a ideia de que a escola é um espaço coletivo, plural e democrático, que não se limita à transmissão de conteúdos, mas que valoriza a

experiência social e cultural dos educandos.

Segundo Savani (2008, p. 21)

“A educação, concebida como prática social, tem o papel de promover, sistematizar e socializar os conhecimentos historicamente acumulados, de forma a possibilitar aos educandos a compreensão crítica da realidade e a atuação consciente na transformação dessa realidade. Por isso, a educação está sempre comprometida com um projeto de sociedade, sendo, portanto, um ato político, além de pedagógico.”

A escola deve ser um espaço que leve os indivíduos a refletirem sobre sua realidade, questionarem as estruturas existentes e agirem de modo transformador, tornando-se protagonista da própria aprendizagem e da transformação social coletiva, e essa mudança não ocorre de forma direta por meio do ensino, mas pelo desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica e do engajamento dos educandos.

A escola não pode mais se limitar a ser um espaço fechado, mas um ambiente aberto ao diálogo, à escuta e à valorização das experiências e conhecimentos da comunidade. Segundo Tardif (2014, p. 172) “A escola precisa reconhecer a pluralidade cultural e social dos alunos para construir uma educação inclusiva e contextualizada que valoriza saberes diversos e fomenta o respeito às diferenças. “valorizar as vivências já adquirida pelos alunos é conhecer que o conhecimento não é apenas o que está nos livros ou nos currículos tradicionais.

Segundo Libâneo (2012, p. 89) “A escola deve se abrir para a comunidade, reconhecendo os conhecimentos e práticas sociais que circulam fora dos muros escolares, para que a educação tenha um caráter integral e participativo.” A instituição de ensino deve ter como papel ampliar o horizonte dos estudantes e conectar o conhecimento acadêmico com as suas vivências.

A participação dos genitores e da comunidade no dia a dia enriquece o processo educativo, fortalecendo o compromisso social dos alunos e a formação cidadã.

Segundo Arroyo (2012, p. 75):

“A escola, para ser efetivamente um espaço formador, precisa abrir-se para o território onde está inserida, acolher as famílias não como meras coadjuvantes, mas como sujeitos que compartilham a responsabilidade educativa. O envolvimento da comunidade escolar amplia o horizonte da formação, pois traz para dentro da escola as experiências, as lutas e os saberes populares que dialogam com o conhecimento sistematizado. Essa

articulação é fundamental para formar sujeitos críticos, conscientes de seu papel social e capazes de transformar a realidade em que vivem.”

A família e a comunidade são protagonistas na construção do processo educativo, e não ocasionais ou figuras secundárias, isso significa reconhecer que há conhecimentos legítimos fora dos muros escolares que podem enriquecer o ambiente de aprendizagem.

5.1 Família-Escola como Agentes de Socialização

O papel social da escola-família trata-se de uma atuação conjunta voltada à construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, que ultrapassa a ideia de que sua função é transmitir conteúdo ou normas de convivência.

A instituição de ensino tem como principal objetivo socializar o indivíduo, e promover a democratização do conhecimento, à formação para a cidadania e ao fortalecimento da convivência ética entre diferentes sujeitos.

De acordo com Dourado (2007, p. 123):

“A função social da escola não se reduz ao ensino de conteúdos formais, mas se expressa na sua capacidade de articular o conhecimento com a realidade vivida pelos sujeitos, promovendo a inclusão, a equidade e o direito à diferença como pilares de uma educação democrática e comprometida com a transformação social.”

A escola deve estar comprometida com a transformação social, ajudar o discente a ser agentes de mudança, ser uma pessoa crítica, formar pessoas que compreendam a realidade social e busque soluções, que possam participar da sociedade de forma ativa e respeitosa, com as diferenças e direitos. Em vez de só passar conteúdos e informações, deve ajudar os alunos a compreender que os conhecimentos podem ser aplicados em sua vida no dia a dia.

A família é a primeira e mais importante instituição social na vida do ser humano, seu papel ultrapassa o âmbito privado, tem o poder de influenciar diretamente a maneira como cada sujeito se insere e interage na sociedade. Como destaca Donatti (2004, p. 89) “a família é o lugar onde se aprende a viver com os outros, a respeitar normas, a desenvolver a capacidade de escuta e de diálogo, ou seja, a assumir os primeiros compromissos éticos e sociais”. A criança internaliza

normas de conduta, papéis sociais, crenças, hábitos e valores, por meio da convivência com seus familiares que irão nortear seu comportamento futuro.

Nesse sentido, a família é uma ponte entre o indivíduo e a sociedade, promovendo sua integração cultural e possibilitando a sua adaptação ao convívio social, preparando o ser humano para a vida em sociedade. Outro aspecto central do papel social da família é a proteção e o cuidado, que contribui para pleno desenvolvimento humano.

A estrutura familiar tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas, isso não implica enfraquecimento da função social da família, mas sim uma adaptação dinâmica às mudanças sociais, mantendo seu papel essencial na formação de indivíduos e na coesão da sociedade, valorizar os diversos modelos de instituição familiar contribui para o fortalecimento do papel da família e para a efetivação de direitos.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, tendo como objetivo analisar a importância da parceria entre a família e a escola no processo educativo. A pesquisa bibliográfica, segundo Boccato (2006), consiste no levantamento, análise e interpretação de contribuições teóricas já publicadas por diversos autores, sendo um instrumento essencial para a construção do conhecimento científico. Um estudo fundamentado em livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da relação entre a instituição escolar e o núcleo familiar. Já Denzin e Lincoln (2006, p. 13) afirmam que:

"A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do mundo. Isso significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando entender os significados que as pessoas atribuem a elas."

Vale ressaltar ainda que a investigação qualitativa, não se preocupa com quantificações, mas sim com a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, como a participação da família no ambiente escolar, e a importância da relação família e escola. Busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, constata-se que a presença dos responsáveis na instituição de ensino contribui de maneira significativa para o desenvolvimento integral dos alunos. A convivência mais próxima entre família e escola permite que os pais e responsáveis percebam com mais clareza as dificuldades e limitações enfrentadas pelos filhos, possibilitando-lhes oferecer o suporte emocional e pedagógico necessário para superar os desafios do processo de aprendizagem.

Verificou-se que o envolvimento efetivo da família, por meio do diálogo e da participação nas atividades escolares, potencializa a dedicação e o empenho dos estudantes, fortalecendo os laços entre pais, filhos e professores. Essa proximidade impacta positivamente não apenas no rendimento acadêmico, mas também no desenvolvimento socioemocional das crianças.

Nesse sentido, é fundamental que a escola, enquanto espaço de formação e cidadania, assuma também o compromisso de elaborar estratégias que promovam e fortaleçam essa parceria. A instituição deve comunicar, de forma clara e acolhedora, a importância da presença dos responsáveis, sensibilizando-os para a corresponsabilidade no processo educativo dos filhos.

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a relação entre família e escola, evidenciando o papel fundamental que ambas as instituições exercem na formação do ser humano, especialmente durante a infância. Almeja-se que, a partir dessa reflexão, as famílias compreendam os impactos negativos de sua ausência e reconheçam a necessidade de estarem presentes no cotidiano escolar. Da mesma forma, espera-se que a escola se mobilize para fomentar vínculos sólidos e colaborativos, capazes de transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente participativo, acolhedor e formativo. Que ambas as instituições compreendam que caminhar juntas é essencial para promover uma educação de qualidade, equitativa e significativa.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, D. A. **Educação e transformação social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.

ARIEIRA, J. F.; SOUZA, C. A. R. **A escola como espaço de participação social**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, n. 136, p. 1015–1034, out. 2016.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F. **Violência e escola: enfoques e propostas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BECKER, H. J. **A escola e a família**. São Paulo: Ática, 1984.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica**. Revista da ABENO, v. 6, n. 1, p. 65–75, 2006.

BRASIL. **Associação Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 1924. Disponível em: <http://www.abe.org.br>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dia Nacional da Família na Escola**. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Mobilização Social pela Educação**. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024.** Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização.** Brasília, DF: MEC, 2019.

BRENFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experiências ao longo da vida.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

CAMPOS, M. M. **Educação infantil: construindo significados.** São Paulo: Cortez, 2011.

CANDAU, V. M. **Didática e compromisso social: fundamentos e práticas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARVALHO, M. E. P. **Família e escola: novas mediações.** São Paulo: Cortez, 2004.

CREPALDI, M. A. **Família, escola e comunidade: uma parceria necessária.** Florianópolis: UFSC, 2017.

CURY, C. R. J. **Educação e direito à educação: fundamentos da política educacional brasileira.** Campinas: Autores Associados, 2002.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e práticas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. C. **A família e a escola como contextos desenvolvimentos: uma perspectiva psicossociologia.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 23, n. 2, p. 185–193, 2007.

DIAS, M. B. **Família, escola e sociedade.** São Paulo: Saraiva, 2006.

DONATTI, E. **A participação da família na escola: realidade ou utopia?** São Paulo: Cortez, 2004.

DOURADO, L. F. **Gestão democrática da educação: atualidade e desafios.** Campinas: Autores Associados, 2007.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FERNANDES, C. A. **Família e escola: espaços de construção de valores.** São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, R. C. **Educação e inclusão: contribuições e desafios.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, S. F. **Família e escola: parceria na formação cidadã.** São Paulo: Loyola, 2012.

GARCIA, S. F.; SOUZA, A. C. **Educação e corresponsabilidade: família e escola em diálogo.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, p. 65–82, 2017.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2011.

LAREAU, A. **Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital.** Sociology of Education, v. 60, p. 73–85, 1987.

LEAL, C. F. **Educação e afetividade: o papel da família.** Salvador: EDUFBA, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Democracia e gestão da escola pública.** São Paulo: Loyola, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, A. P. **Família e escola: uma parceria em construção.** São Paulo: Cortez, 2019.

MARANHÃO, A. C. **Família e escola: construção conjunta de valores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MELLO, R. F. **Família e escola: relação necessária.** São Paulo: Moderna, 2012.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas: Papirus, 2015.

MOURA, R. **A relação família-escola: compromisso de todos.** São Paulo: Autores Associados, 2017.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2009.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: **aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 2010.

OLIVEIRA, M. K.; ARAÚJO, U. F. **Família e escola: parceiras na educação.** São Paulo: Moderna, 2010.

OLIVEIRA, R. P. **Educação e cultura: conexões familiares.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

OLIVEIRA, R. P.; FERREIRA, J. A. **Educação, família e sociedade: interações e desafios.** Curitiba: CRV, 2021.

PARO, V. H. **A função social da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, V. H. **Educação, escola e democracia.** São Paulo: Ática, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2006.

PARO, V. H. **Escola pública: qualidade e democracia.** São Paulo: Cortez, 2018.

PAROLIN, A. L. F. **Família e escola: diferentes papéis na formação de valores.** Curitiba: Appris, 2007.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A escola e a criança: uma nova perspectiva.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

PUSHER, S. C. **Família e escola: uma parceria possível.** Curitiba: Appris, 2010.

RESENDE, A. L.; SILVA, A. S. **Família e escola: interfaces de uma parceria possível.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

RIZZINI, I. **A criança e a escola: desafios da contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SADOVNIK, A. R. **Sociologia da educação crítica.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SALES, M. C. **Família e escola: práticas e reflexões.** Curitiba: CRV, 2019.

SANTOS, B. S. **A escola e a família: caminhos da educação popular.** São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, C. T.; TONIOSSO, M. F. **Família e escola: relações e interações possíveis.** Curitiba: CRV, 2014.

SANTOS, J.; GOMES, M. A. G.; BINDELA, C. **Família e escola: parceria na construção do conhecimento.** Campinas: Papirus, 2019.

SARACHO, O. N. **Families and schools: working together for children.** Early Child Development and Care, v. 144, p. 15–32, 1998.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVANI, M. T. P. **Educação e política: relações entre Estado e escola.** Campinas: Papirus, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVEIRA, F. L. **Movimento Higienista no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saúde Pública, 2011.

SOARES, L. M. **Família e escola: um compromisso ético.** São Paulo: Loyola, 2011.

SOUSA, M. R. **Família e escola: experiências de parceria.** São Paulo: Cortez, 2019.

SPODEK, B.; SARACHO, O. N. **The handbook of research on the education of young children.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998.

SOUZA, D. B. **Família e escola: dimensões da corresponsabilidade.** São Paulo: Loyola, 2019.

SZYMANSKI, H. **Família e escola: uma relação em construção.** São Paulo: Moderna, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TIBA, I. **Disciplina: limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAGURY, T. **Família e escola: uma parceria possível?** Rio de Janeiro: Rocco, 2002.